

BR Towers SPE1  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e  
2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
BR Towers SPE1 S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras BR Towers SPE1 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BR Towers SPE1 S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



## **Realização do imposto de renda diferido**

(Nota explicativa 18)

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos, relativos, principalmente, a prejuízos fiscais, considerados como recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de lucros futuros. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas na projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar no valor reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do exercício

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o plano de negócios e orçamento disponibilizados pela Companhia, bem como as premissas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa futuro e a metodologia usada na sua elaboração. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias, das deduções fiscais e da capacidade de compensar os lucros fiscais projetados.

Também consideramos se as divulgações da Companhia atendiam aos requisitos das normas contábeis relevantes.

## **Provisão para desmobilização do ativo**

(Nota explicativa 11)

No curso normal de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para desmobilização de torres e cavaletes (roof tops) instalados em imóveis alugados. Estimar os custos associados a estas atividades futuras e o valor justo das obrigações de desmobilização de ativos exigem considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização das torres, taxas de inflação e de desconto, além de determinadas premissas econômicas como valores originais que são cotados por fornecedores específicos.

Devido ao grau de julgamento e incertezas envolvidos na mensuração da provisão de desmobilização de ativos e aos impactos que eventuais alterações nas premissas utilizadas no cálculo da referida provisão podem ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Obtivemos os estudos realizados por engenheiros internos da Companhia e especialistas externos para reavaliação do custo da desmobilização das torres e analisamos a razoabilidade do cálculo matemático efetuado para determinação dos valores.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, obtivemos entendimento quanto às premissas utilizadas para a determinação do desconto do fluxo de caixa futuro da provisão para desmobilização dos ativos, e avaliamos a razoabilidade utilizada pela Companhia nas construções das curvas e modelos internos de projeção dos juros, comparando as premissas e os modelos com as práticas de mercado.

Avaliamos ainda a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.



## **Outros Assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

## BR Towers SPE1 S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.971	67.606	Fornecedores	10	8.888	6.241
Contas a receber de clientes	5	17.288	11.737	Impostos a recolher		3.734	1.056
Impostos a recuperar		3.407	886	Empréstimos e financiamentos	8	35.604	28.181
Outros Créditos		<u>3</u>	<u>-</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	14.592	4.993
Total do ativo circulante		<u>103.669</u>	<u>80.229</u>	Adiantamentos de Clientes		<u>92</u>	<u>19</u>
				Total do passivo circulante		<u>62.910</u>	<u>40.490</u>
Aplicação financeira	6	13.670	11.539	Empréstimos e financiamentos	8	296.987	307.418
Ativo fiscal diferido	18	15.693	-	Provisão para desmobilização	11	81.559	70.099
Contas a receber de clientes	5	616	-	Provisão de contingências	12	489	59
Outros Créditos		<u>111</u>	<u>-</u>	Adiantamentos de Clientes		<u>528</u>	<u>31</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>30.090</u>	<u>11.539</u>	Total do passivo não circulante		<u>379.563</u>	<u>377.607</u>
Imobilizado	7	<u>506.808</u>	<u>510.140</u>	Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		<u>536.898</u>	<u>521.679</u>	Capital social		211.369	211.369
				Prejuízos acumulados		<u>(13.275)</u>	<u>(27.558)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>198.094</u>	<u>183.811</u>
				Total do passivo		<u>442.473</u>	<u>418.097</u>
Total do ativo		<u><u>640.567</u></u>	<u><u>601.908</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>640.567</u></u>	<u><u>601.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## BR Towers SPE1 S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita operacional líquida</b>	14	148.619	105.320
Custo dos serviços de locação	15	<u>(77.006)</u>	<u>(45.597)</u>
<b>Lucro bruto</b>		71.613	59.723
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(8.783)</u>	<u>(7.249)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		62.830	52.474
Receitas financeiras	17	9.968	7.373
Despesas financeiras	17	<u>(55.594)</u>	<u>(66.160)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>(45.626)</u>	<u>(58.787)</u>
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social</b>		17.204	(6.313)
Correntes	18	(4.004)	(1.225)
Diferidos	18	<u>15.693</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício</b>		<u>28.893</u>	<u>(7.538)</u>
<b>Lucro / (Prejuízo) por ação do exercício (expresso em R\$ por ação)</b>		0,11	(0,03)
Lucro / (Prejuízo) básico/diluído por lote de mil ações		<u>110,54</u>	<u>(28,84)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **BR Towers SPE1 S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício</b>	<u>28.893</u>	<u>(7.538)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>28.893</u></u>	<u><u>(7.538)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BR Towers SPE1 S.A.

### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<u>211.369</u>	<u>(20.020)</u>	<u>191.349</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(7.538)</u>	<u>(7.538)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>211.369</u>	<u>(27.558)</u>	<u>183.811</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<u>211.369</u>	<u>(27.558)</u>	<u>183.811</u>
Juros sobre capital próprio	<u>-</u>	<u>(14.610)</u>	<u>(14.610)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>28.893</u>	<u>28.893</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>211.369</u>	<u>(13.275)</u>	<u>198.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BR Towers SPE1 S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Execícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro / (Prejuízo) do exercício</b>	28.893	(7.538)
Ajustes de		
Depreciação	31.179	29.495
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	45.698	57.273
Atualização provisão para desmobilização	9.732	8.545
Baixas líquidas de imobilizado	313	530
Provisão para contingências	429	59
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	848	-
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	29	187
Linearização da receita e receita diferida	169	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(11.689)	-
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(1.662)	(2.145)
Outros	-	(215)
	<u>103.939</u>	<u>86.191</u>
<b>Variações no capital circulante e realizável a longo prazo</b>		
<b>Variação de ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(7.280)	(1.480)
Impostos a recuperar	(3.170)	(18)
Contas a receber com partes relacionadas	(114)	7.069
<b>Variação de passivos</b>		
Fornecedores	3.161	3.329
Impostos a recolher	5.155	18
Contas a pagar a partes relacionadas	(5.102)	255
Adiantamentos de Clientes	666	50
Outros	-	(1.192)
	<u>97.255</u>	<u>94.222</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Impostos pagos sobre o lucro	(5.832)	(319)
Juros pagos	(24.198)	(23.355)
	<u>67.225</u>	<u>70.548</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicação financeira em garantia	(469)	(262)
Aquisição de intangível	-	(4)
Aquisição de imobilizado	(26.883)	(17.953)
	<u>(27.352)</u>	<u>(18.219)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(24.508)	(15.739)
	<u>(24.508)</u>	<u>(15.739)</u>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>		
	15.365	36.590
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		
	<u>67.606</u>	<u>31.016</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		
	<u>82.971</u>	<u>67.606</u>
<b>Variação do caixa e equivalentes</b>		
	<u>15.365</u>	<u>36.590</u>
<b>Variações de ativo e passivo que não afetam o caixa</b>		
Aquisição de imobilizado não pago	1.277	1.883
Fornecedores, partes relacionadas e provisão para desmobilização referente a aquisição de	(1.277)	(1.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BR Towers SPE1 S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas</b>		
Receitas de locações	<u>163.854</u>	<u>116.055</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>48.425</u>	<u>18.536</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	115.429	97.519
Depreciação e amortização	<u>31.179</u>	<u>29.495</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>84.250</u>	<u>68.024</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	<u>9.968</u>	<u>7.373</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>94.218</u>	<u>75.397</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Salários e encargos	5.608	4.082
Impostos, taxas e contribuições federais	950	9.531
Despesas administrativas	3.173	3.162
Despesas financeiras	55.594	66.160
Lucro / (Prejuízo) do exercício	<u>28.893</u>	<u>(7.538)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>94.218</u>	<u>75.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

### **2 Base de preparação**

#### **2.1 Base de mensuração**

As informações contábeis das demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### **2.2 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - Imobilizado
- **Nota 11** - Provisão para desmobilização
- **Nota 12** - Contingências

## **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **3.1 Arrendamentos**

#### ***Ativos arrendados***

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

A Administração da Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento



inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

**3.3 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

**3.4 Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Torres e <i>roof tops</i>	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### 3.5 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

#### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### (ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 31 de dezembro de 2016 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

### 3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### 3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

### 3.8 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

### 3.9 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

### 3.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

Em 31 de dezembro de 2016, 84% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

### 3.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do

dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### 3.12 **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.13 **Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### (i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não

será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

### **3.14 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **3.15 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### **3.16 Lucro (prejuízo) por ação**

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

### **3.17 Segmentos operacionais**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

### **3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### ***Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)***

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

***Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)***

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

**(i) *Prestação de serviços***

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

De acordo com a IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

A Companhia efetuou uma comparação inicial do valor justo com os preços de venda de serviços individuais. Uma vez que estes montantes são relativamente semelhantes, a Companhia não espera diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

**(ii) Transição**

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, A Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de hedge identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39.

**(i) Classificação - Passivos Financeiros**

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

**(ii) Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

**(iii) Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
  - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
  - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

**IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.



A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia.

**(i) *Determinar se um contrato contém um arrendamento***

As torres da Companhia foram adquiridas junto a operadora e são de propriedade da Companhia, há contratos de aluguel das torres, rooftops e terrenos que são tratados como arrendamento operacional.

Na transição para a IFRS 16, A Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia está avaliando se aplicará o expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, e se isso afetará o número de contratos identificados como arrendamento na transição.

**(ii) *Transição***

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia não necessita efetuar quaisquer ajustes para os arrendamentos em que atua como arrendador, exceto se a Companhia for um arrendador intermediário numa sublocação.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na Nota 8.

### **Outras alterações**

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimentos em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Bancos	70	188
Aplicações financeiras	82.901	67.418
	82.971	67.606

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 99% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

## **5 Contas a receber de clientes**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes	17.474	11.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(186)	-
	17.288	11.737
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Contas a receber de clientes	1.279	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(663)	-
	616	-

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação. O valor no realizável a longo prazo refere-se à um acordo realizado com cliente Oi, para pagamento em duas parcelas anuais a partir de 2018. Para esse valor foi constituída uma reserva de 50% sobre o saldo das contas a receber de clientes no ativo não circulante, com base na análise de risco e na probabilidade de recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A metodologia de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa é de provisionar os títulos vencidos a mais de 90 dias, sem que haja garantias reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

## 6 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 99 a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2016 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 13.670 (R\$ 11.539 em 31 de dezembro de 2015). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 8.

## 7 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	572.655	-	9	107	13	572.784
Adições	3.751	16.085	-	-	-	19.836
(Baixas)	-	(416)	(9)	(107)	(13)	(545)
Transferências	11.584	(11.584)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	<u>587.990</u>	<u>4.085</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592.075</u>
Adições	3.973	24.187	-	-	-	28.160
(Baixas)	(98)	(215)	-	-	-	(313)
Transferências	24.236	(24.236)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>616.101</u>	<u>3.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>619.922</u>

Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	(52.447)	-	-	(28)	(3)	(52.478)
Adições	(29.488)	-	-	(6)	(1)	(29.495)
Baixas	-	-	-	34	4	38
Em 31 de dezembro de 2015	<u>(81.935)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(81.935)</u>
(Adições)	<u>(31.179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.179)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u><u>(113.114)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(113.114)</u></u>

  

Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2015	<b>506.055</b>	<b>4.085</b>	-	-	-	<b>510.140</b>
Em 31 de dezembro de 2016	<b>502.987</b>	<b>3.821</b>	-	-	-	<b>506.808</b>

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

## 8 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015
Financiamentos no circulante	35.604	28.181
Financiamentos no não circulante	296.987	307.418
	<u>332.591</u>	<u>335.599</u>
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	335.599	317.420
Amortização de principal	(24.508)	(15.739)
Juros apropriados no exercício	45.221	56.662
Pagamento de juros	(24.198)	(23.355)
Apropriação do custo da dívida	477	611
	<u>332.591</u>	<u>335.599</u>
Valor final	<u>332.591</u>	<u>335.599</u>

### (a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de

novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

**Custos de transação**

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

**(b) 2ª emissão de Debentures**

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

**Custos de transação**

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 477.

**Cláusulas contratuais - covenants**

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

## 1 - Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	<b>31/12/2016</b>
<b>Fluxo de caixa ajustado</b>	
Caixa inicial s/ conta reserva	79.191
FCO - fluxo de caixa operacional	27.133
FCI - fluxo de caixa de investimento	(7.222)
<b>Dívida onerosa</b>	
Amortização	6.923
Juros pagos	6.120
<b>ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida</b>	<b>7,60</b>

## 2 - Índice de Alavancagem

	<b>31/12/2016</b>
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	640.567
<b>Índice de alavancagem</b>	<b>33%</b>

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

## 9 Partes relacionadas

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	14.468	4.963
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii)	33	30
American Tower Corporation (ii)	52	-
ATC Mexico Holding Corp. (ii)	39	-
	<u>14.592</u>	<u>4.993</u>

- (i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta de juros sobre capital próprio, venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.
- (ii) O saldo refere-se a valores a pagar referentes a serviços prestados.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, a Companhia concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

**a. Remuneração do pessoal-chave**

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no período de 2016, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 126 (R\$ 163 em 2015).

**b. Benefício pós-emprego**

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

**10 Fornecedores**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fornecedores	3.735	4.122
Aluguéis de imóveis a pagar	5.153	2.119
	8.888	6.241

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos.

Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

**11 Provisão para desmobilização**

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Provisão para desmobilização	81.559	70.099
	81.559	70.099
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	70.099	61.554
Atualização monetária	9.732	8.545
Adição ARO	1.728	-
Valor final	81.559	70.099

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas

de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

## 12 Contingências

	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias (i)	460	-
Cíveis (ii)	29	59
	<u>489</u>	<u>59</u>

- (i) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres e encargos sociais sobre remuneração.
- (ii) A Companhia possui ações indenizatórias, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos, sendo registrada uma provisão em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 29 (em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 59).

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

### b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

### c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos está limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.



## 14 Receita operacional líquida

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i>	163.854	116.055
Impostos sobre receitas de locação	<u>(15.235)</u>	<u>(10.735)</u>
Receita operacional líquida	<u>148.619</u>	<u>105.320</u>

## 15 Custos das locações

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Encargos de depreciação (Nota 7)	31.177	29.488
Manutenção e aluguel de solo	48.404	18.408
Créditos de impostos sobre depreciação	(2.596)	(2.428)
Outros	<u>21</u>	<u>129</u>
Custos das locações	<u>77.006</u>	<u>45.597</u>

## 16 Despesas gerais e administrativas

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	5.608	4.082
Serviços de diversos	323	748
Despesas com aluguel	243	240
Despesa de benefícios a empregados	1.267	1.330
Despesas administrativas	682	566
Viagens e estadias	177	273
Contingências	436	-
Despesas tributárias	47	3
Encargos de depreciação e amortização	<u>-</u>	<u>7</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>8.783</u>	<u>7.249</u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

## 17 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(45.698)	(57.273)
Atualização provisão para desmobilização	(9.732)	(8.545)
Outras	(164)	(342)
	(55.594)	(66.160)
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	10.454	7.564
PIS e COFINS sobre receita financeira	(486)	(191)
	9.968	7.373
<b>Resultado financeiro Líquido</b>	<b>(60.236)</b>	<b>(58.787)</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 20.173. A Companhia não registrou os referidos créditos em seu balanço patrimonial.

### Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2.594	(6.313)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	882	(2.146)
Provisão para desmobilização - Depreciação	(1.056)	1.056
Provisão para desmobilização - Atualização monetária	(2.905)	2.905
Outras provisões diversas	(25)	(55)
Utilização do prejuízo fiscal	(8.585)	(535)
Total	11.689	1.225
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	4.004	1.225
Diferido	(15.693)	-
Total	11.689	1.225
Alíquota efetiva	451%	19%

## 19 Instrumentos financeiros

### a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

#### (iii) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

#### (iv) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

#### (v) *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	82.971	67.606
Contas a receber	17.904	11.737
Total	100.875	79.343

**(vi) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>31.12.2016</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	8.888	8.888	-	-
Empréstimos e financiamentos	332.591	55.171	299.319	171.680
<b>31.12.2015</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	6.241	6.241	-	-
Empréstimos e financiamentos	335.599	46.202	287.781	327.560

**(vii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<b>Valor contábil</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Equivalentes de caixa	82.901	67.418
Aplicações financeiras em garantia	13.670	11.539

**(viii) Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2016</b>	<b>CDI Provável</b>	<b>CDI 25%</b>	<b>CDI 50%</b>
Aplicações financeiras	82.901	92.418	94.797	97.177
Aplicação financeira em garantia	13.670	15.239	15.632	16.024

O montante de R\$ 332.591 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 6,29%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes ao este financiamento totalizariam R\$ 42.477 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 47.360 ou R\$ 52.239 respectivamente.

**Valor justo**

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

**b. Classificação dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

**BR Towers SPE1 S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016 e 2015*

31 de dezembro 2016					
Descrição	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Bancos	-	-	70	-	70
Aplicações financeiras	82.901	-	-	-	82.901
Contas a receber de clientes	-	-	17.288	-	17.288
<b>Ativo não circulante</b>					
Aplicação financeira em garantia	-	13.670	-	-	13.670
Contas a receber de clientes	-	-	616	-	616
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	23.480	23.480
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	35.604	35.604
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	296.987	296.987

31 de dezembro 2015					
Descrição	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Bancos	-	-	188	-	188
Aplicações financeiras	67.418	-	-	-	67.418
Contas a receber de clientes	-	-	11.737	-	11.737
<b>Ativo não circulante</b>					
Aplicação financeira em garantia	-	11.539	-	-	11.539
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	11.234	11.234
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	28.181	28.181
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	307.418	307.418

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	<b>31/12/2016</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Custos amortizados</b>	<b>Nível</b>
<b>Ativos circulantes</b>			
Aplicações financeiras	82.901	-	2
<b>Ativos não circulantes</b>			
Aplicações financeiras em garantia	13.670	-	2
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	35.604	2
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	296.987	2

	<b>31/12/2015</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Custos amortizados</b>	<b>Nível</b>
<b>Ativos circulantes</b>			
Aplicações financeiras	67.418	-	2
<b>Ativos não circulantes</b>			
Aplicações financeiras em garantia	11.539	-	2
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	28.181	2
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	307.418	2

## **20 Arrendamento operacional**

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Menos de um ano	154.489	94.074
Entre um e cinco anos	733.103	435.202
Mais de cinco anos	122.599	164.056

## **21 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacional era composta por R\$ 7.116 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.198 responsabilidade civil e riscos diversos.